

AS AMÉRICAS: UM ENSAIO EM LIBERDADE.

Denis Bernardes

O meio milênio de história européia¹ das Américas – retenhamos já, de início, uma pluralidade mais próxima da real diversidade desta parte do mundo, mas que não impede a identificação de algumas linhas de força comuns para o tempo e o espaço americanos – oferece-nos uma ocasião privilegiada para um olhar retrospectivo sobre nossa formação e para um inventário, mesmo breve, de uma experiência histórica ainda em curso.

Não é indiferente assinalar que este inventário se realiza em um momento de redefinição da carta geopolítica mundial. Redefinição tão dramática, tão repleta, ainda, de interrogações, e que, tal como no momento das ‘descobertas’, revolve muitas certezas e desloca muitos dos tradicionais pontos de apoio da visão mundial da história.

É significativo, também, que tal reformulação não somente ocorra, casualmente, com o meio milênio da ‘descoberta’, mas principalmente, seja realizada por referência a um sistema econômico cujo modelo é a sociedade norte-americana. Ou seja, a nova ordem mundial dos nossos dias é, em larga medida, uma ordem americana, naquele sentido restrito de América do Norte, de América ianque.

Ordem da qual nós outros, os das Américas situadas abaixo do Rio Grande, sabemos de longa data qual o seu preço e por quantos e tantos fios

¹ Antes que se faça qualquer objeção à expressão *história européia das Américas*, vamos esclarecer em qual sentido está a mesma empregada aqui. Não se trata, ingenuamente, de uma concessão ao chamado olhar do colonizador, nem o desconhecimento da existência de povos e culturas antes que o mesmo aqui chegasse, nem tão pouco, do aporte, fundamental, dos povos africanos para sua composição étnica, sua cultura e economia. No entanto, suprimir esta referência fundante, seria suprimir a própria possibilidade de pensá-la, inclusive em suas inegáveis contradições. Mesmo a busca de um passado e identidades indígenas e africanas para as Américas só é possível através e por causa, do ato da colonização. Ao negá-lo, Policarpo Quaresma fez de sua busca da identidade tupi, como sendo a identidade brasileira, uma busca delirante, tal qual um Quixote tropical.

se tece em um pan-americanismo que, no sentido restrito, mais deveria se chamar pró-americanismo.

Está posto, em fórmulas breves, um longo caminho: das aventureiras caravelas aos *patriots* e outros engenhos bélicos, que (re)desenham, hoje, as fronteiras mundiais.

Por razões diversas, a reavaliação do ‘tempo das descobertas’ faz-se em meio às mais variadas controvérsias e mistura aos sons e vozes das festas oficiais e das comemorações, sons e vozes que ecoam gemidos e promovem acusações, empanando o brilho fácil da missão civilizadora original. Tudo isto é também um fenômeno histórico, nestes tempos de ecologia e da consciência mundial, horrorizada diante do genocídio indígena contemporâneo, refletindo-se no passado, reconstruindo sua imagem, destruindo – o que é positivo – gloriosos e enganosos clichês escolares.² Os quinhentos anos da chegada dos portugueses ao Brasil, tem, como não poderia deixar de ser, suscitado as mais variadas manifestações, que vão das análises eruditas ao *marketing* mais oportunista, das revisões críticas ao ufanismo ingênuo. Daqui mais alguns anos, daqui a cem anos, digamos, tais manifestações serão, por sua vez objeto de análises, que apontarão ou procurarão apontar nas mesmas sentidos que hoje não percebemos. Não é sempre assim, a coruja de Minerva, levantando vôo somente ao entardecer?

Mas é preciso ter cuidado com o anacronismo. Talvez, mais que o processo dos ‘Conquistadores’, devamos fazer nosso próprio processo nestas questões do genocídio indígena e do trato com o meio ambiente...

Em parte, o passado já fez seu próprio processo³ e nosso presente atesta com brutal evidência uma herança que já não cabe aos mortos expiar,

2 Para alguns exemplos, entre centenas de outros: O julgamento de Colombo. Revista *Veja*, 16 de outubro de 1991; ZICKGRAL, O mal que Colombo fez. Revista *Veja*, 11 de setembro de 1991. Em livro recente, o professor Natanael Sarmiento propôs uma revisão da história da colonização portuguesa em terras do atual Nordeste, a partir da visão do vencido: *Uma nova história da Nova Lusitânia*. Recife: Edições Bagaço, 1999.

3 Ao contrário do que se pensa frequentemente, o passado não foi indiferente ou inconsciente em face dos seus próprios crimes e contradições. O genocídio dos povos indígenas, a cupidéz e outros males da colonização foram denunciados desde suas origens e com um significado bem mais profundo do que o faz, muitas vezes, a má consciência tardia dos denunciadores de hoje. Para quem quiser conferir: BATAILLON, Marcel e SAINT-LU, André. *Las Casas et la défense des indiens*. Paris: Colletion Archives Julliard, 1991; RAYNAL, Guillaume e DIDEROT, Denis. *Historie philosophique et politique des deux Indes*. Esclarecimentos e escolha dos textos por Yves Benot. Paris: François Maspero, 1991. LEON, Miguel Portilla. *A conquista da América Latina vista pelos índios. Relatos astecas, maias e incas*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985; BRUIT, Héctor Hernán. Derrota e simulação. Os índios e a conquista da América. *Resgate*, nº 2, Campinas: Papirus; Centro de Memória/UNICAMP, 1990, p. 9-19; TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988; FERREIRA, João Francisco. Fragmentos de Cortés, Bernal, Las Casas e Garcilaso. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia, 1958. Na obra política de José Bonifácio encontram-se inúmeras referências críticas ao colonialismo, em especial, ao português. Destacamos: o Manifesto de 6 de agosto de 1822 e as Memórias sobre a civilização dos índios e sobre a extinção da escravidão. Sobre a história no pensamento de José Bonifácio, ver BERNARDES, Denis. *La vision du passé colonial du Brésil dans la pensée de José Bonifácio de Andrade e Silva*. Paris: IHEAL, 1985. Os exemplos citados representam apenas uma pequena amostra, em uma literatura imensa para o conjunto das Américas.

mas, aos vivos. Que os antepassados, sem qualquer inocência de nossa parte, recebam seu legado de glória em uma história da qual foram partes de um destino, peças da grande máquina do mundo.

Mesmo sem entrar nas necessárias controvérsias eruditas que, ao ensejo do V Centenário, trarão velhas e novas polêmicas e, certamente, reavaliações e novos conhecimentos e enfoques sobre os atos e os textos fundadores, é quase impossível evitar o fascínio das origens. Por isto, vamos a elas.⁴

As Américas alteraram a ordem mundial – é lugar-comum do saber escolar – por sua própria ‘descoberta’ e incorporação ao sistema de domínio europeu. Alargamento do horizonte geográfico, do mundo mental, criação das bases propriamente ditas de uma ‘economia mundo’. Retenhamos alguns símbolos deixando de lado as discussões de precedência e paternidade. Um destes símbolos – de tanto futuro – nos é dado por aquele que, bem ou mal, teve seu nome inscrito nas novas cartas e batizou as novas terras. Deixemo-lo falar com a emoção da contemporaneidade:

Dias passados bastante amplamente te escrevi da minha volta daqueles novos países, os quais com a armada e com as despesas e mandado deste sereníssimo rei de Portugal procuramos e descobrimos; os quais Novo Mundo chamar é lícito, porque entre os antepassados nossos de nenhum deles se teve conhecimento, e a todos aqueles que isso ouvirem será novíssima coisa.⁵

“Novo Mundo chamar é lícito”, “novíssima coisa”, felizes fórmulas de quem quer que tenha sido seu autor, se o próprio Américo Vespúcio ou qualquer outro. Na ordem do simbólico, as expressões tiveram larga fortuna, e vale mencionar sua presença em duas obras fundamentais da Renascença: na *Utopia*, de Morus, e nos *Ensaio*s, de Montaigne, mas, evidentemente, o eco destas palavras atravessou e repercutiu em centenas de outros autores pelos tempos afora. A Renascença, para ficarmos com estes dois autores, elaborou o sentido da ‘descoberta’ sob dois aspectos essenciais: revisão do saber antigo; mas sobretudo, e isto é o que nos interessa particularmente, pelo fascínio do conhecimento das sociedades indígenas. Estas dão o mote

4 Cerca 1492, Arte na Eras das Descobertas, exposição organizada pela National Gallery de Washington, ver notícia na secção Arte. A babel renascentista. Revista *Veja*, 23 de outubro de 1991; Visões do Paraíso, Revista *Veja*, 25 de setembro de 1991.

5 Américo Vespúcio a Lorenzo Pier de Medici, 1503 (?). É a famosa carta, intitulada *Mundus Novus*, que teve difusão em toda a Europa. Utilizei a tradução brasileira feita por Luiz Renato Martins, a qual remeto o leitor para as discussões de autoria, autenticidade e outras. Cf VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo*. Cartas de viagens e descobertas. Tradução e introdução de Luiz Renato Martins. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984, p. 89 (História, série Visão do Paraíso, v. 2).

para a autocrítica da sociedade europeia civilizada, atualizando, em sua concretude, o mito da idade de ouro e projetando uma utopia possível, permitam-me o paradoxo. Extraordinária atualização de uma contradição humana que mergulha fundo na história do Ocidente: de um lado, a civilização com seus confortos – mas também, com seus artificialismos, suas regras que tolgem a liberdade mais profunda do indivíduo. De outro lado, o homem natural, selvagem, senhor de sua vida, livre, feliz, sem propriedade, sem leis, sem tribunais, sem prisões, sem pudores e sem vícios.⁶

Quem pode deixar de reconhecer aí, nossas próprias interrogações e ao menos parte da nossa cultura – mesmo que hoje em refluxo diante da nova ordem mundial e política? Não está aí, a interrogação que, anos depois, diante da ascensão do nazismo e já em plena ordem capitalista, Freud tentaria responder quando escreveu o *Mal estar da civilização*? E nos anos 60, não foi o movimento *hippie* e a contracultura uma tentativa, frustrada, da resolução prática desta questão?

Sob outro aspecto, situado no mais profundo do imaginário europeu, o Novo Mundo iria suscitar o reencontro com os mitos fundadores. Desta vez, tratava-se do grande mito do Paraíso Terrestre, reavivado pelo alumbramento renascentista ante a nudez indígena e a exuberância de cores e vida da vegetação, dos pássaros, dos animais, da abundância das águas, da luz⁷, da primeira impressão da docilidade do clima. Os leitores de Caminha reconhecerão o tema na sua famosa carta ao rei D. Manuel. Em um livro magistral, dos maiores da nossa historiografia, Sérgio Buarque de Holanda rastreou o que foi a elaboração do Novo Mundo como uma *Visão do Paraíso*.⁸

Mito de letrados, fascínio para aventureiros indianizados – que os houve, bem sabemos – logo o encanto se desfez. Paraíso, só na outra vida, depois do batismo, de bom ou malgrado. Agora, a fé tinha outras tarefas: servir ao Império e ajudar a extrair tanta riqueza quanto possível, em especial sob a

6 A referência explícita a Américo Vesúpcio e aos seus relatos de viagem encontram-se em MORUS, Thomas. *A utopia*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d., p. 31. A edição original, com título bem mais longo, é de 1516. MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Tradução, Prefácio e notas de Sérgio Milliet. Porto Alegre: Editora Globo, 1961, 3. v. Livro I, cap. XXXI, Dos Canibais. Não é deslocado lembrar a fortuna política do mito do bom selvagem, através do contato com os índios brasileiros. Sobre o tema ver MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *O índio brasileiro e a revolução francesa*. 1. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

7 “Pinzón diz que o cabo Rosto Hermoso/ (que se diz hoje de Santo Agostinho) / Cai pela terra de mais luz da terra / (mudou o nome, sobrou a luz a pino); / (...)”. MELLO NETO, João Cabral de. O sol em Pernambuco. *Antologia poética*, 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio/ Sabiá, 1973.

8 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996.

forma de ouro e prata, do bom metal, que, como dizia Colombo, tudo pode, até levar as almas para o céu.

Se as Américas nunca deixaram de alimentar o mito do Paraíso da nova terra prometida, basta pensar nas comunidades de peregrinos religiosos e utopias socialistas que buscaram seu solo e nele se estabeleceram⁹ – sua mitologia tornou-se mais prosaica. Podemos resumi-la: ela chama-se Conquista e sua expressão mais contundente foi a dizimação das populações indígenas, a destruição da sua cultura, a implantação da escravidão, que Antonil, como bom jesuíta, assimilou ao próprio inferno¹⁰. É exemplar que muitas vezes antes da partida de trabalhadores indígenas para as minas do altiplano, estes assistissem com suas famílias aos ofícios dos mortos, na sabida expectativa de que não voltariam, preparando-se para a passagem definitiva, para o encontro com o Mistério.

Assim, a ‘invenção da América’, atravessada pelo mito, transfere-se do Paraíso para o El Dorado, e assinala, na ordem mundial, sua missão: ser parte essencial do processo de acumulação primitiva, este pecado original do capitalismo, cuja incapacidade de desvendamento pelos clássicos da economia política, não escapou à fina ironia de Marx.¹¹

Encerrava-se, assim, um momento da história americana, em especial, para aquela parte que, anos depois, receberia a denominação de América Latina. Veremos, em seguida, por que e qual significado teve este novo batismo.

Porém, recapitulemos, ainda, alguns aspectos deste primeiro momento que, como vimos, vai do mito do Paraíso ao El Dorado, ou em outras palavras, da Utopia ao Mercantilismo.

Novo Mundo, novíssima coisa, projeção de mitos, mas será este, também, um mundo de história? Em qual ordem e hierarquia se colocam as novas terras em face à Europa, Ásia e África, pelo menos, no caso, àquela África mediterrânea e que já acedera à história pela conquista romana, pela

9 Lembremos, também, esta outra utopia, ironizada por Voltaire, no Cândido, que foi a República Guarani, sob a égide jesuítica e destruída pelas armas de Espanha e Portugal. Ver, LUGON, Charles. *A república comunista-cristã dos guaranis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. Sobre as utopias milenarista projetadas sobre as Américas, ver, DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

10 Este lado infernal dos trópicos, que vai além da maldição da escravidão, foi brilhantemente estudado por Laura de Mello e Souza, *O diabo na terra de santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

11 A bibliografia sobre o tema é imensa e comporta alguns estudos que se tornaram clássicos. Uma cômoda síntese, com textos originais, sobre o mercantilismo, é o livro de DEYON, Pierre. *Le mercantilisme*. Paris: Flammarion, 1969; VILAR, Pierre. *Or et Monnaie dans l'histoire*. Paris: Flammarion, 1974. (Existem traduções brasileiras de ambos os livros). As considerações de Adam Smith sobre a questão estão em *A riqueza das nações*, livro quarto, capítulos 7 e 8, intitulados respectivamente *As colônias e Resultado do sistema mercantil*. Para as críticas de Marx, ver, MARX. *O capital*. Livro I, v. 2 cap.XXIV, A chamada acumulação primitiva. Modernas avaliações críticas da colonização em STEIN, Stanley J. e STEIN, Barbara H. *La herencia colonial de América latina*. 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores 1972; GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*, 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979; NOVAES, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

cristianização e pelo Islã? A resposta não é fácil, ou melhor, não pode ser dada de forma simples. Já vimos como a América aparece fora da história, ao ser posta no domínio do mito. No entanto, há outras projeções, uma rica e complexa dialética, que não deixou ainda de ser parte de nós mesmos, em interrogações sempre renovadas.

A historicidade das Américas – refiro-me particularmente ao espaço que tomou a denominação de América Latina – foi dada pela conquista. Aparece como projeção do espaço e da historicidade da Europa: Nova Lusitânia, na expressão duartina, Nova Granada, Nova Espanha, França Antártica, França Equinocial, etc. Todo um rebatizar de topônimos, de espécies vegetais e animais, toda uma nomeação de vilas, cidades, que são como a nomeação bíblica do Gênesis, na qual o ato de nomear é o ato da própria criação. E desde cedo, as narrativas, as crônicas, as histórias. Gómara não hesita em dizer que a descoberta do Novo Mundo situa-se em ordem de importância logo após a Criação do mundo e da Redenção, pela encarnação e morte de Jesus Cristo.

A própria identificação das Américas com as Índias não decorre somente de um erro, pois persiste até o século XVIII, bastando lembrar a famosa obra de Raynal-Diderot, *A história filosófica e política das duas Índias*.¹²

É que o Novo Mundo não encontrara seu estatuto histórico – teria encontrado? – ou só poderia encontrá-lo através da assimilação com uma das partes do mundo plenamente reconhecida em sua historicidade.¹³

No entanto mesmo esta assimilação não bastou ou não foi capaz para fazer do Novo Mundo uma terra de história. Uma outra vertente, de longas raízes e variados matizes, capaz de alimentar aquilo que Antonello Gerbi, em um belíssimo livro, chamou de *A disputa del novo mundo*¹⁴, atravessaria o ser das Américas.

É impossível, aqui, dar conta desta disputa. Contentemo-nos com uma referência prestigiosa: “Em mais de uma passagem de suas obras, considera

12 É significativo que uma obra tão marcada pelo Iluminismo e que contou com a colabração de Diderot tenha conservado a antiga denominação de ‘Índia’ para o Novo Mundo. Ver a edição citada, nota 2. A colaboração de Diderot foi minuciosamente estudada por DUCHET, Michéle. *Diderot et l’histoire des deux Indes ou l’écriture fragmentaire*. Paris: Editions A. G. Nizet, 1978.

13 As amargas reflexões de Claude Lévi-Strauss, ao comparar as cidades do Novo Mundo, inclusive as americanas, com as cidades européias captaram de forma extremamente aguda o que poderíamos denominar de fragilidade temporal da nossa experiência histórica: “A passagem dos séculos representa uma promoção para as cidades européias: para as americanas, a simples passagem dos anos é uma degradação. Porque elas não estão apenas construídas de fresca data: são construídas para poderem renovar-se com a mesma velocidade com que foram erguidas, isto é, mal” *Tristes Trópicos*. Lisboa: edições 70, 1981, p.89.

14 Antonello Gerbi. *La disputa del Nuevo Mundo. Historia de una polémica 1750-1900*. 2 ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1982. Primeira edição, em italiano, 1955

Hegel a América como um continente impotente ou ‘inferior’ ao Velho Mundo.”¹⁵ E, acrescenta o mesmo autor, para Hegel, “América é antes que nada um fato natural. Pertence por conseguinte, em primeira instância, à filosofia da Natureza.”¹⁶

Uma América, contudo, está prometida a aceder ao reino da história, a sair da geografia, da natureza, para realizar até mesmo algumas das potencialidades que o Velho Mundo não desenvolveu: a América do Norte.

Uma “antítese surpreendente” opõe a América do Norte à do Sul: “No Norte, ordem e liberdade; no Sul, anarquia e militarismo. No Norte, a Reforma, no Sul o catolicismo. O Norte foi ‘colonizado’, o sul, foi ‘conquistado’.” E esta antítese toma o tom profético: “A América é o país do Futuro, onde se revelará nos tempos que temos pela frente, e talvez no conflito entre a América do Norte e a do Sul, o centro de gravidade da história universal.”¹⁷

Não já se cumpriu em grande parte esta profecia hegeliana? Não é de fato a América do Norte “o centro de gravidade da história universal”? Resta saber se a projeção hegeliana sobre o conflito entre a América do Norte e a do Sul será um dia realidade e dará conteúdo ao “centro de gravidade da história universal”.

Ainda é impossível qualquer resposta definitiva agora, mesmo porque a existência histórica dos conflitos entre as duas Américas, nunca foi posta sob a forma de antagonismo “universal”.

Podemos apenas reconhecer que, historicamente, dois elementos têm marcado o lugar das Américas, nesta perspectiva universal.

O primeiro é que, desde finais do século XVIII, o pensamento europeu aponta para as Américas como o novo centro da história universal. Seria

15 A. Gerbi, op., cit., p. 3. Prólogo.

16 A. Gerbi, op., cit., p.528. A discussão sobre a historicidade da América Latina também foi feita por Marx, que ao contrário do que se poderia supor, tendeu também a vê-la “fora da história”. Sobre isto, ver, José Aricó, *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

17 A. Gerbi, op., cit., p.552. Estas antíteses ainda hoje permeiam certas discussões sobre a herança colonial e o confronto entre as Américas: a do Norte, “que deu certo”, e as outras as “republiquetas de banana”. Na década de 50, o livro de Viana Moog, *Bandeirantes e Pioneiros*, marcou toda uma vertente do pensamento brasileiro, que buscava explicar nosso atraso. Algo desta busca de classificação por pares antagônicos encontra-se no livro de Pierre Chaunu, *L'Amérique et les Amériques*. Paris, Armand Colin, 1964. Ainda fora do Brasil, a mais aguda das reflexões sobre esta questão foi feita por Octavio Paz: *O labirinto da solidão*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. O manuscrito original data de 1949.

algo como uma transformação da antiga expressão: *Ex Oriente Lux*, para *Ex América Lux*.¹⁸

O segundo é que, no bojo das lutas das independências das Américas de colonização ibérica, surge a famosa frase/síntese da doutrina Monroe: a América para americanos.

Uma frase que, no seu contexto, não significava uma declaração necessariamente cínica do que viria a ocorrer quando da política intervencionista. Significava então que se demarcava uma fronteira que definia, por conseqüência, os limites da intervenção das potências européias no continente.

Foi como um desdobramento deste conflito entre interesses europeus e interesses norte-americanos sobre as Américas abaixo do Rio Grande, que a partir da segunda metade do século XIX começa a ser forjada a idéia de uma América Latina em contraposição à América anglo-saxônica. Esta latinidade da “nossa América” teve por objetivo inicial justificar a intervenção francesa no México, na desastrosa implantação do Império de Maximiliano. Assim, pouco a pouco, a história redefiniria o espaço e a geografia findava, por sua vez, por legitimar sedimentações de partilhas de áreas de influências, de desmembramento, de esfacelamento – definitivo? – de derrota enfim, do sonho bolivariano da Grande América, ou mais exatamente da Grande Colômbia. Desfeito o sonho, as Américas se fazem então, mais que nunca, América do Norte, Central e do Sul.¹⁹

Na ordem do mundo que, hoje, recoloca a “velha” *era das nacionalidades* é forçoso reconhecer que dela nunca saímos. Fomos unificados pelo “alto”, ou melhor, por ordenamentos e projeções externas: a latinidade, a grande frente pan-americana da contra-revolução dos generais e do cordão sanitário contra Cuba.

18 No manifesto de 6 de agosto de 1822, que justifica perante as potências européias o rompimento com Portugal, manifesto assinado pelo príncipe regente, D. Pedro, mas de autoria de José Bonifácio, encontra-se uma alusão a esta idéia de decadência do Velho Mundo e força do Novo: “...quem ignora igualmente que é quase impossível dar nova força e energia a povos envelhecidos e defecados? Quem ignora hoje que os belos dias de Portugal estão passados, e que só do Brasil pode esta pequena porção da Monarquia esperar seguro arrimo e novas forças para adquirir outra vez sua virilidade antiga!” Ver, Octaciano Nogueira (org.) *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 1973, v.2, p.302

19 A isto não foi indiferente a abertura do canal do Panamá, e os interesses dos investimentos franceses, *latinos* portanto, na região “central” da América. Em artigo publicado originalmente na revista *Diogenes*, Paris, 1963, Gilberto Freyre perguntava: “Que é, na verdade, em suas relações com outras partes do mundo, a América de ordinário denominada Latina? Que conjunto sociologicamente homogêneo forma no plano sociocultural para poder ser toda ela considerada latina além de geograficamente e, também sociologicamente, americana nas situações dentro das quais se vem desenvolvendo no tempo tanto quanto no espaço sua latinidade?” Ver, *Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação. Estudos Universitários*. jan./mar. 1966, n. 1 (Recife/UFPE)

Quando em *Soy loço por ti América*, Caetano Veloso expressou uma esperança de muitos de nós, e deu voz a uma desejada identidade, esta, mais uma vez, já era apenas símbolo: “o nome de um homem morto”.

Mas, quem sabe, podemos ainda dizer, retomando antigas palavras:

à pouca vida em [nós] remanescente
não [recusemos] a esplêndida experiência
do mundo ermo e ignorado à nossa frente.²⁰

²⁰ Utilizo, em uma adaptação livre, assinalada entre colchetes, os versos de Dante, *A Divina Comédia*, canto XXVI, 115, tradução de Cristiano Martins, 4 ed., Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 328

